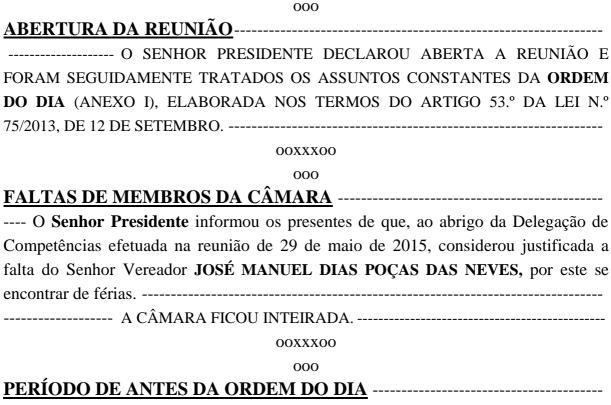


ATA N.º 2 (REUNIÃO PRIVADA)

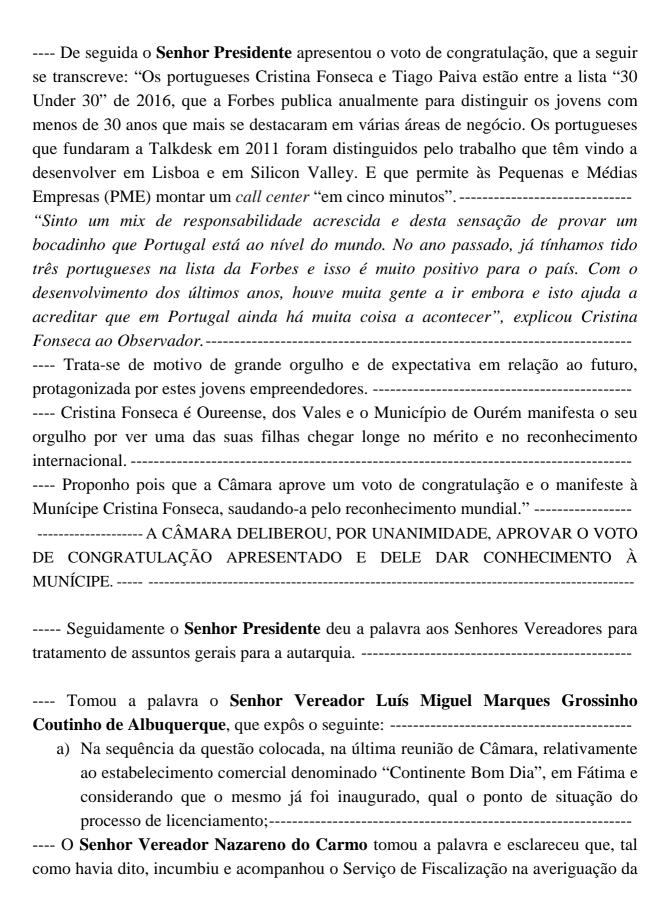
---- Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

OOXXXOO

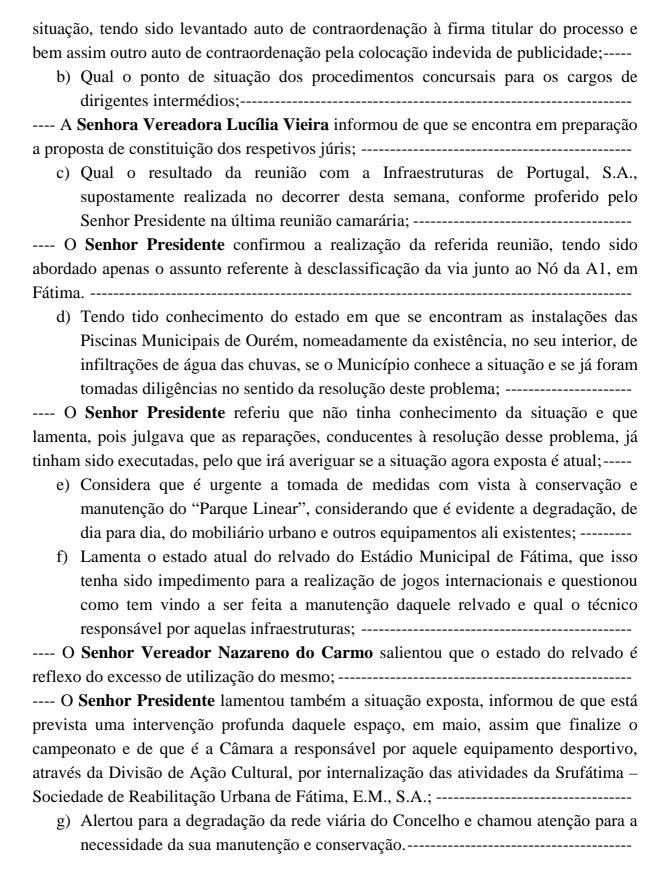


---- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente tomou a palavra e solicitou a presença na sala do Dirigente de 3.º Grau da Subunidade Orgânica Relações Institucionais e Comunicação a fim de efetuar uma breve apresentação do novo sítio eletrónico do Município, expondo as razões que motivaram à criação deste novo sítio bem como a descrição das partes que o integram.

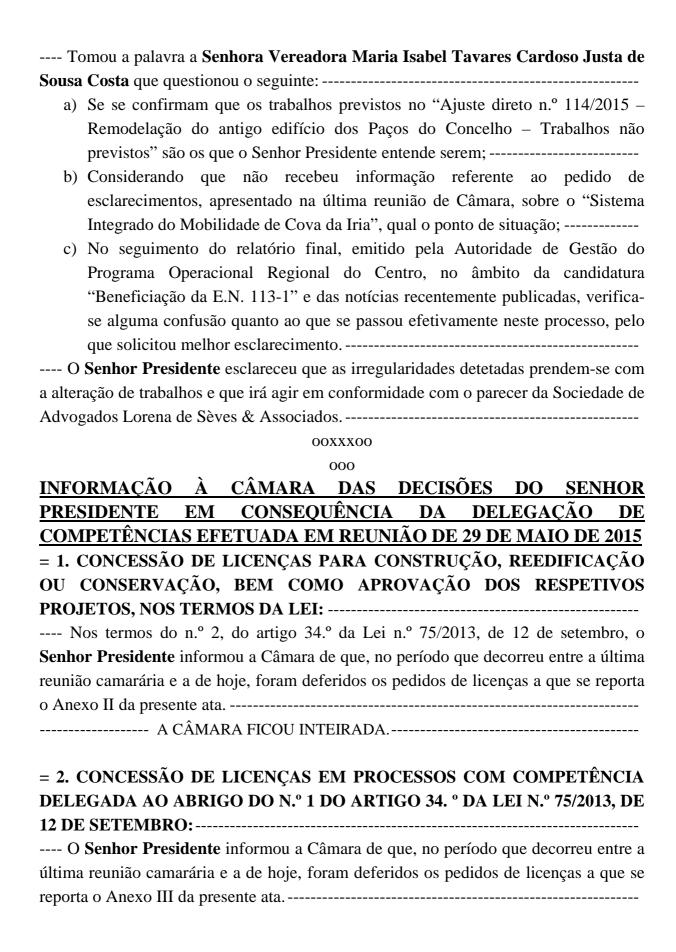




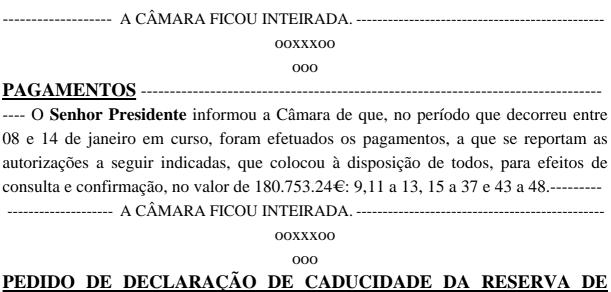












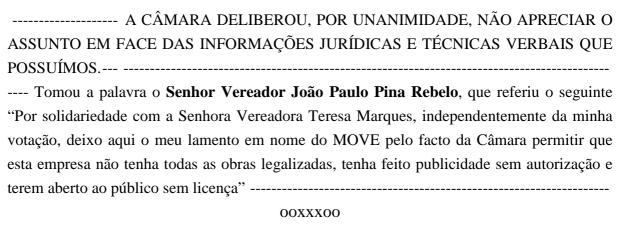
PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA RESERVA DE SOLO PARA EFEITOS DA VIA COLETORA/DISTRIBUIDORA PREVISTA PARA JUNTO DA SUBUNIDADE 9.3., LIGANDO A ESTRADA DE LEIRIA À RUA DO COLÉGIO S. MIGUEL, EM FÁTIMA

---- Na reunião de 20 de novembro de 2015, a Câmara deliberou remeter à Equipa de

Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017", para reenquadramento, o requerimento registado sob o n.º 26.994/2015, da firma Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A., com sede na Rua João Mendonça, n.º 529, da União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, em Matosinhos, a comunicar que aceitava que fosse declarada a caducidade da reserva de solo para efeitos do designado em epígrafe, conforme previsto no Plano de Urbanização de Fátima e a solicitar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º, da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e decorridos cinco anos da entrada em vigor do referido plano, que aquela caducidade fosse declarada de imediato. --------- Posteriormente na reunião de 04 de dezembro de 2015, na presença do requerimento registado sob o n.º 29.226/2015, da firma requerente, a prestar melhores esclarecimentos e da informação, datada de 30 de novembro 2015, do Senhor Vereador Nazareno do Carmo, a anexar memorando da Sociedade de Advogados Lorena de Sèves & Associados, a Câmara deliberou emitir a referida declaração. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação, datada de 11 de janeiro corrente, do Senhor Presidente, que se passa a transcrever: "Perante a desconformidade entre os documentos de suporte e a deliberação, uma vez que aqueles apontam no sentido de remeter à AM, o que não foi

cumprido, solicita-se uma avaliação conducente a retificação urgente." ------





000

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

---- Relativamente ao assunto mencionado em título, foi apresentada a carta registada sob o n.º 176/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas -Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de Noémia de Jesus **Marques**, para proceder à plantação de eucalipto, numa extensão de 0,35 hectares, na localidade de Cabeço de Óbidos, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho e à plantação de eucaliptos e de pinheiros-bravos, numa extensão de 1,54 hectares, em Areeiro, da Freguesia de Espite, também deste Concelho.--------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil, prestou a sua informação n.º 4/16, de 07 de janeiro em curso, a anexar o seu parecer de referência 002/RJAAR/2016, que dá conta de que a rearborização com eucaliptos e pinheirosbravos, na localidade de Areeiro, não deverá ser autorizada.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO AO ICNF – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS,

ooxxxoo

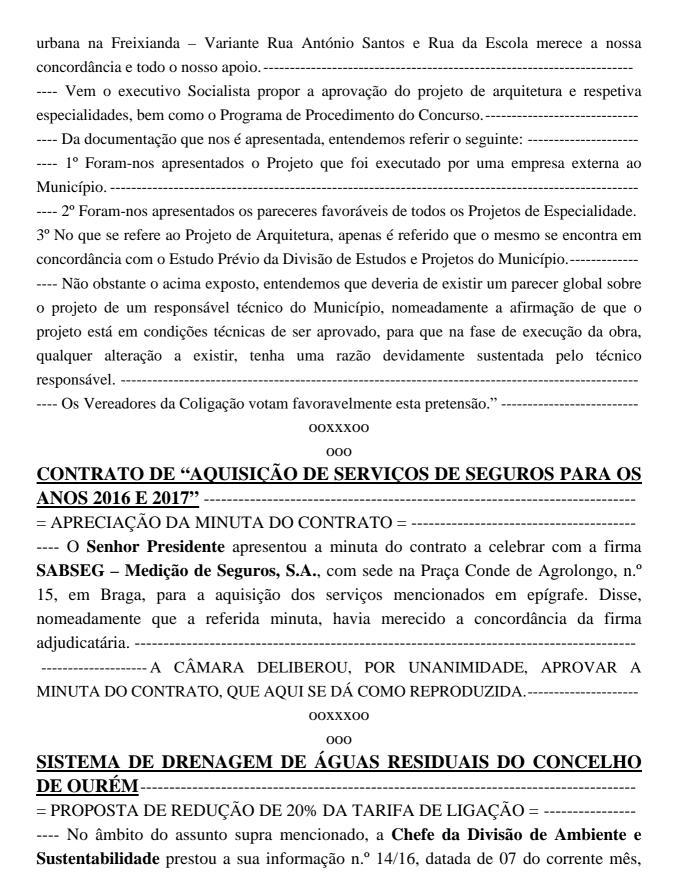
000

"REQUALIFICAÇÃO URBANA NA FREIXIANDA – VARIANTE RUA ANTÓNIO SANTOS E RUA DA ESCOLA" ------

---- Foram apresentados o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos para a empreitada indicada em epígrafe, acompanhados da informação n.º 14/16, de 12 de janeiro em curso, da **Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha



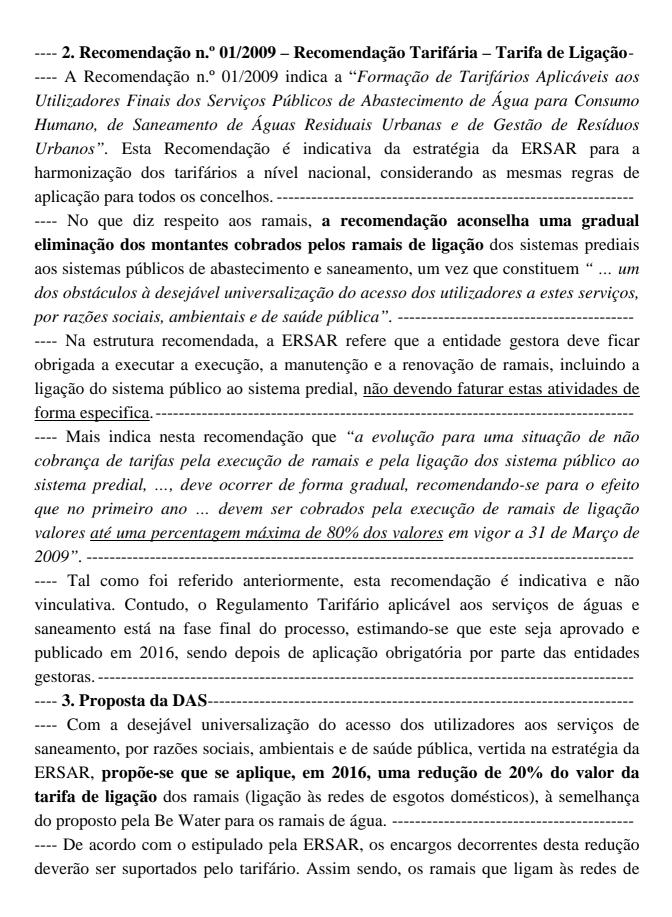
282.792,46€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor
Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no
processo uma informação, datada de 12 deste mesmo mês, a dar conta de que concorda
com o procedimento e com as peças desenhadas propostas, salientando que a despesa
dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-
A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em
observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE
CONCURSO PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), N.º 1, DO ARTIGO 19.º, DO
CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);
SEGUNDO – APROVAR O PROGRAMA DO PROCEDIMENTO E O CADERNO DE
ENCARGOS APRESENTADOS;
TERCEIRO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º,
DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE
DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, RUI MIGUEL DA COSTA TEIXEIRA (QUE
PRESIDIRÁ), OS TÉCNICOS SUPERIORES BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO
(SECRETÁRIO) E CLÁUDIA TERESA LOPES DA SILVA E COMO MEMBROS
SUPLENTES O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA FERNANDO LUÍS
GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES E O TÉCNICO SUPERIOR EUGÉNIO
JOSÉ TAPADAS MOURA E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES
COMPETÊNCIAS:
➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;
> ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES;
QUARTO – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA
PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE
RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS
E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, SENDO-LHES
AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE
QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA
REALIZAR
Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque,
José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa
Costa, apresentaram a seguinte declaração: "A pretensão da execução da requalificação



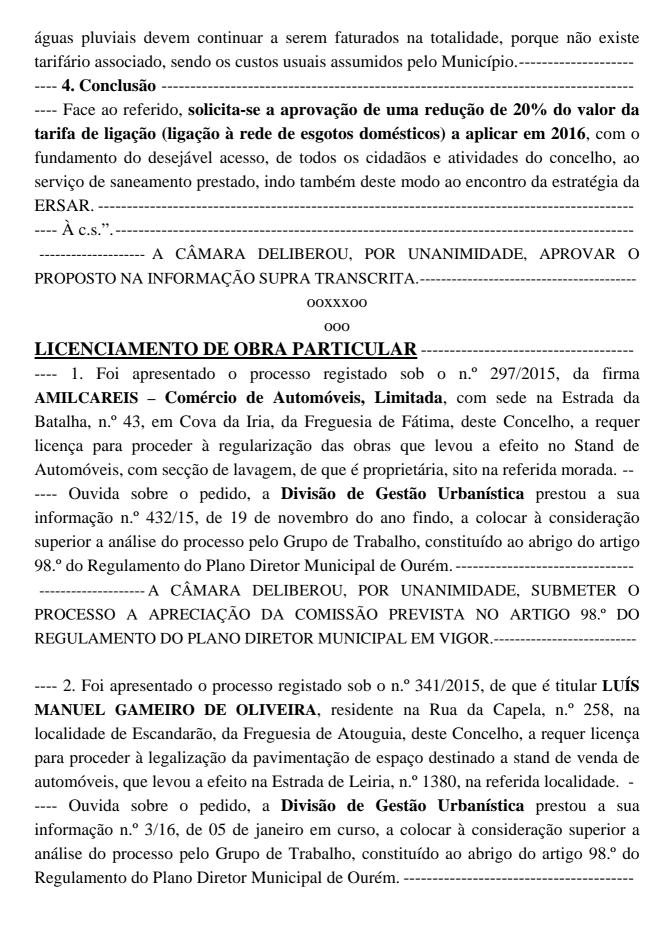


que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na integra: "1.
Poderes da ERSAR
A Lei n.º 10/2014, de 6 de março procede à aprovação e publicação dos "Estatutos
da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"
No termos do n.º1, do artigo 5.º "são atribuições genéricas da ERSAR assegurar a
regulação e a supervisão dos serviços de águas, de saneamento de águas residuais
urbanas e de gestão de resíduos urbanos, promovendo o aumento da eficiência e da
eficácia na sua prestação, considerando a proteção dos direitos e interesses dos
utilizadores, assegurando a existência de condições que permitam a obtenção do
equilíbrio económico e financeiro por parte das atividades dos setores regulados
exercidos em regime de serviço público, bem como o exercício das funções de
autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto de
todas as entidades gestoras de abastecimento de água"
No n.º 2, do mesmo artigo 5.º estão indicadas as atribuições da ERSAR de
regulação estrututal do setor, nomeadamente "c) Contribuir para a clarificação das
regras de prestação destes serviços através da emissão de regulamentos e
recomendações, e acompanhar a aplicação desses regulamentos e recomendações e
da legislação em vigor"
Em termos de regulação comportamental em matéria económica, são atribuições
da ERSAR (cf. n.° 3, do artigo 5.°):
"b) Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas
de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos
definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;
c) Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas
municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação
aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;
d) Emitir, nas situações e termos previstos na lei, instruções vinculativas quanto às
tarifas a praticar pelos sistemas de titularidade municipal que não se conformem
com as disposições legais e regulamentares em vigor"
Nos termos do n.º 1, do artigo 9.º (Poderes da ERSAR), a ERSAR exerce os
poderes de autoridade necessários à prossecução das suas atribuições,
designadamente através da realização de ações de inspeção, fiscalização e
auditoria
Deste modo, a ERSAR emite recomendações para as Entidades Gestoras - EG
(Município de Ourém) e promove a publicação de regulamentos tarifários de aplicação
obrigatória por parte das EG

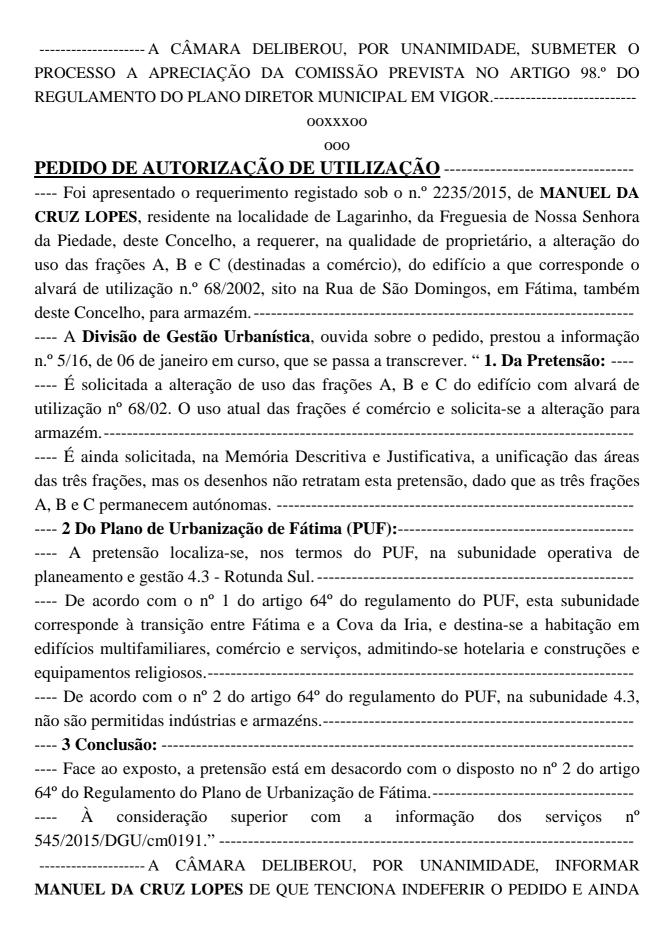




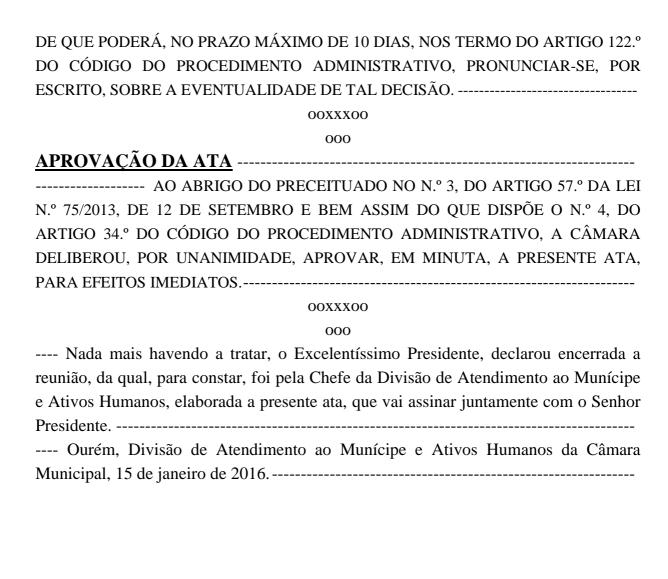












O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/01/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. PROJETO "PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA 2017"

= Pedido de declaração de caducidade da reserva de solo para efeitos da via coletora/distribuidora prevista para junto da subunidade 9.3, ligando a Estrada de Leiria à Rua do Colégio S. Miguel, em Fátima – Requerimento registado sob o n.º 29.226/2015, da firma Predilugar – Sociedade Imobiliária, S.A. – Reapreciação do processo.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 176/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Noémia de Jesus Marques.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

2.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= "Requalificação urbana na Freixianda — Variante Rua António Santos e Rua da Escola" — Informação n.º 14/16, de 12 de janeiro em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

2.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Contrato de "Aquisição de serviços de seguros para os anos de 2016 e 2017" - Apreciação da minuta do contrato.

3. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém – Proposta de redução de 20% da tarifa de ligação – Informação n.º 14/16, de 07 do corrente mês, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 297/2015, da firma Amilcareis Comércio de Automóveis, Limitada;
 - 2. Processo registado sob o n.º 341/2015, de Luís Manuel Gameiro de Oliveira;
- = Pedido de autorização de utilização Requerimento registado sob o n.º 2235/2015, de Manuel da Cruz Lopes.



Câmara Municipal de Ourém, 12 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 08-01-2016 a 14-01-2016

Processo nº	Requerente	Local
1 1000330 11	Requerente	Local
373/2015	Maria da Luz Vitória da Silva Pereira	Rua João Paulo II – freguesia de Fátima
246/2014	Diamantino Ribeiro Martins	Rua dos Valinhos – freguesia de Fátima
197/2015	Cátia Simões dos Santos	Rua Cidade de Ourém - Vendas - freguesia de Caxarias
77/2014	Cláudia da Silva Gameiro	Rua Padre Faustino Jacinto, n.º 18 – em Cercal – da união das freguesias de Matas e Cercal
1726/1987	Fernando de Jesus Liberal	Travessa da Castela n.º 1, R/C – Ourém – freguesia de Nossa Sra. da Piedade
347/2014	Tecnorém – Engenharia e Construções, SA	Rua Nossa Senhora dos Aflitos – Corredoura - Nª Sr.ª das Misericórdias
1896/1981	Maria Rosário Lains	Moinho Velho, n.º 76 – Moita Redonda – freguesia de Fátima
139/2015	António Santos Moreira	Rua dos Pastorinhos – Aljustrel – freguesia de Fátima
300/2015	Belmira Pereira de Oliveira	Estrada de Ourém, n.º 306 – em Vale do Porto – freguesia de Nª Srª das Misericórdias
130/2014	Ouripneus – Indústria de Pneus Lda	Estrada da Caridade, n.º 16 – Casais da Caridade – freguesia de Nª Srª da Piedade
33/2015	Arminda Mendes Ferreira	Rua do Falgar – freguesia de Espite
1757/1991	Manuel Ventuzelo Marques	Rua Manuel Trezentos, n.º 19 – R/C – em Carvoeira – freguesia de Caxarias

Ourém, 15 de Janeiro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



SUBUNIDADE ORGÂNICA DO 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 08/01/2016 a 15/01/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
13360	Geisa Catarins Mendes Henriques	Cartão de vendedor no mercado
32544	Funerária Ouriense, Lda	Inumação de cadáver em sepultura
32545	Funerária Ouriense, Lda	Inumação de cadáver em sepultura
32542	Funerária Ouriense, Lda	Inumação de cadáver em sepultura
251	Pereira & Guerra, Lda	Inspeção de elevadores
835	União das Misericórdias Portuguesas	Inspeção de elevadores
597	Diamantino Mateus da Silva	Inspeção de elevador
509	Província Portuguesa da Companhia Santa Teresa de Jesus	Inspeção de elevador
507	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira	Licença Especial de Ruído

Ourém, 15 janeiro de 2015

Jacinto Costa

(Dirigente de Direcção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)